

DA FRENTE DE EXPANSÃO PIONEIRA À FRONTEIRA: PERCURSOS DE UM PESQUISADOR

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. 213p.

Júlio César Suzuki
Doutorando no Depto. de Geografia-FFLCH/USP

A obra dos grandes autores é, geralmente, marcada por grandes transformações das noções que utilizam. A realidade se transforma e a teoria que se propõe a explicá-la não pode permanecer inalterada.

Fronteira, de José de Souza Martins, revela muito dessa difícil relação existente entre teoria e realidade. É claro que não para o leitor desavisado, preocupado apenas com a publicação mais recente, desinteressado das incursões historiográficas.

Em *Fronteira*, José de Souza Martins analisa a região de conflitos que se estabelece entre os grupos indígenas e a sociedade nacional¹; de separação entre Cultura e Natureza, entre o homem e o animal². Dessa forma, apresenta-se como "(...) lugar privilegiado da observação sociológica e do conhecimento sobre os conflitos e dificuldades próprios da constitui-

ção do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da História (...)”³.

A figura central dessa região de conflitos é a vítima.⁴ O raptado, em “A captura do Outro – O rapto de mulheres e crianças nas fronteiras étnicas do Brasil”⁵; o escravo por dívida, em “A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão”⁶; o excluído da pesquisa sociológica – a viúva, a divorciada, a abandonada pelo marido, a mãe solteira ou a criança que fica em casa enquanto os pais estão trabalhando –, em “Regimar e seus amigos – A criança na luta pela terra e pela vida”⁷; os camponeses e os indígenas, em “O tempo da fronteira – Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”⁸; são todos vítimas na fronteira.

¹ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo, Hucitec, 1997, p.11.

² MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.12.

³ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.12.

⁴ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.12.

⁵ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.25-77

⁶ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.79-112.

⁷ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.113-44.

⁸ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.145-203.

Tal posição, acerca da figura central dessa região, é bastante diferente do que se revelava no estudo "Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica"⁹ Nesse trabalho, José de Souza Martins entendia a fronteira como frente de expansão e frente pioneira, sendo que a figura central da primeira seria o ocupante ou posseiro¹⁰ e da segunda, o empreendedor econômico¹¹

As duas frentes distinguir-se-iam, ainda, por ser a de expansão fundada na economia do excedente¹², nas condições de vida dos seus moradores, reguladas pelo grau de fartura, e no uso privado das terras devolutas, enquanto a frente pioneira, na economia de mercado, nas condições de vida dos seus moradores, reguladas pelo grau de riqueza, e na mercantilização da terra (sua aquisição através da compra e da venda).¹³

A fronteira, por outro lado, põe-se não mais como *locus* de temporalidade única, em que há características tão bem definidas, com a presença de apenas uma figura central, mas sim como a coexistência de temporalidades diferenciadas, historicamente desiguais, convivendo no mesmo tempo cronológico.

A superação da idéia de temporalidade única fica muito bem expressa no trecho que segue:

"(...) a linha de povoamento avança antes da linha de efetiva ocupação econômica do território. Quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica. Isso nos põe, portanto, diante de uma primeira distinção essencial: entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da 'civilização', que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc.

É possível, assim, fazer uma primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da 'civilização', estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que, ou estão no limite da História, como é o caso das populações indígenas, ou estão inseridas diversamente na História, como é o caso dos não-índios, sejam eles camponeses, peões ou empresários.

Cada uma dessas realidades tem o seu próprio tempo histórico, se considerarmos que a referência à inserção ou não na fronteira econômica indica também diferentes níveis de desenvolvimento econômico que, associados a níveis e modalidades de desenvolvimento do modo de vida, sugerem datas históricas distintas e desencontradas no desenvolvimento da sociedade, ainda que contemporâneas. E não me refiro apenas à inserção em diferentes etapas coexistentes do desenvolvimento econômico. Refiro-me sobretudo às mentalidades, aos vários arcaísmos de

⁹ MARTINS, José de Souza, Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, *Capitalismo e Tradicionalismo*; Estudos Sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil, São Paulo, Pioneira, 1975, p.43-50.

¹⁰ MARTINS, José de Souza. Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, *op. cit.*, p.46.

¹¹ MARTINS, José de Souza. Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, *op. cit.*, p.47.

¹² Segundo José de Souza Martins (Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, *op. cit.*, p.45), é "(...) a economia dessa faixa (estabelecida entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica que avançam distintamente, sendo que a primeira é antecessora da segunda,) não pode ser classificada como economia natural, pois dela saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma *economia do excedente*, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades (...)"

¹³ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica*, *op. cit.*, p.45-7.

pensamento e conduta que igualmente coexistem com o que é atual. E não estou falando de atraso social e econômico. Estou falando da contemporaneidade da diversidade. Estou falando das diferenças que definem seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos.

Essa distinção não é conceitual nem é classificatória, ao contrário do que entendem diferentes pesquisadores que trataram da fronteira a partir do surto expansionista de 1964. Nesse equívoco repousa a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e o tempo histórico da frente pioneira, pois não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da História. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mandado (sic) do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações”¹⁴

A idéia de uma temporalidade única é, então, superada. Não é mais a frente de expansão somente momento de gênese da frente pioneira, mas com esta divide características. Compreende-se, então, que há um *continuum*, como afirmara Henri LEFEBVRE¹⁵ com sobreposição de características e presença de resíduos. Em última instância, frente de expansão e

frente pioneira revelam-se como faces diferentes de uma mesma realidade, a fronteira. Tanto que José de Souza Martins passa a reconhecer que não há duas frentes, mas sim duas perspectivas analíticas, uma realizada pelos geógrafos, a da frente pioneira, e a dos antropólogos, a de frente de expansão.

“Os estudiosos do tema da fronteira no Brasil, quando examinaram a literatura pertinente, se deparam com duas concepções de referência, através das quais os pesquisadores têm procurado dar um nome específico a essa realidade singular que é objeto de sua investigação. Os geógrafos, desde os anos quarenta, importaram a designação de zona pioneira para nomeá-la, outras vezes referindo-se a ela como frente pioneira.

Os antropólogos, por seu lado, sobretudo a partir dos anos cinquenta, definiram essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, como frentes de expansão (...). A designação de frentes de expansão, que o próprio Ribeiro havia formulado, tornou-se de uso corrente, até mesmo entre antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor.”¹⁶

Dessa forma, a fronteira supera as noções de frente de expansão e de frente pioneira, tal qual se encontram no texto primeiro do autor, em que se discute a problemática da expansão da sociedade nacional sobre terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, naquele momento nomeadas como sociedade capitalista e sociedade tribal¹⁷

¹⁴ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.157-9.

¹⁵ LEFEBVRE, Henri. *Forme, fonction, structure dans “le capital”, Au-delà du structuralisme*, Paris, Anthropos, 1971, p.347-8.

¹⁶ MARTINS, José de Souza. *Fronteira, op. cit.*, p.151-2.

¹⁷ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica, op. cit.*, p.47.

A mudança terminológica, no tratar com o processo de expansão da sociedade nacional, está relacionada a uma significativa alteração da perspectiva de interpretação desse processo. Em “Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica”¹⁸ prepondera uma leitura sócio-econômica do processo de expansão da sociedade capitalista em relação à sociedade tribal, como se revela muito claramente no trecho que segue:

“A frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica. Compreendê-la como tal, no entanto, implica em considerar que, no caso brasileiro, a fronteira econômica não coincide, necessariamente, com a fronteira demográfica (via de regra aquela está aquém desta). A faixa entre uma e outra, embora sendo povoada (ainda que com baixos índices de densidade demográfica), não constitui uma frente pioneira e não constitui basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir de relações com o mercado”¹⁹

Por outro lado, em *Frente Pioneira*, prepondera uma leitura antropológica do processo de expansão da sociedade nacional, como se percebe quando José de Souza Martins identifica a vítima como figura privilegiada de análise dessa realidade singular, como já afirmamos.

No entanto, mesmo com tantas superações, permanece comum, nas duas análises – uma acerca da frente de expansão e da pioneira, a outra, da fronteira –, a interpretação de que a expansão da sociedade nacional se estabelece com base em relações sociais fundamentais não-tipicamente capitalistas, com a instauração da propriedade privada da

terra, ou seja, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade²⁰. É o que afirma o autor, quando reconhece que não ocorre, na fronteira, somente a reprodução ampliada do capital, mas também a acumulação primitiva: “(...) *A expansão territorial do capital não podia depender do capital propriamente dito, atraído para setores mais lucrativos, restabelecendo-se mecanismos e processos de acumulação primitiva* (...)”²¹ (grifo de José de Souza Martins).²²

A acumulação primitiva põe-se então como momento fundamental da expansão da sociedade nacional, sobretudo, porque, como identificou José de Souza Martins, fundado em observação de Alistair Hennessy, o Brasil, como parte das sociedades latino-americanas, “ (...) ainda se encontra naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas (...)”²³

²⁰ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica*, op. cit., p.49-50.

²¹ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira*, op. cit., p.99.

²² Acerca da coexistência da acumulação primitiva do capital com sua reprodução ampliada, o autor pontua que: “Essa modalidade de exploração do trabalho (escravidão por dívida) se traduz em acumulação primitiva porque é, em parte, produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital. Isso fica claro se entendermos que, historicamente, pode-se falar em reprodução capitalista de capital, reprodução de capital com base em relações formalmente capitalistas de produção. Mas não se pode falar em produção capitalista de capital, pois a produção do capital envolve mecanismos e procedimentos próprios da acumulação primitiva. Envolve, portanto, a conversão de meios e situações não-capitalistas ou pré-capitalistas em instrumentos da produção capitalista propriamente dita, isto é, produção de mais-valia. Essencialmente, o que define o processo não é o resultado, mas o modo como foi obtido, isto é, o modo de produção do excedente econômico. O resultado é capital, é capitalista, mas o modo de obtê-lo não o é (...)” (MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira*, op. cit., p.96) (Grifos de José de Souza Martins).

²³ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira*, op. cit., p.147.

¹⁸ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica*, op. cit., p.43-50.

¹⁹ MARTINS, José de Souza. *Frente Pioneira: Contribuição Para Uma Caracterização Sociológica*, op. cit., p.45.

No entanto, o Brasil não é mais um país com a mesma dinâmica que possuía no limiar da década de 70. É agora um país em que os meios de transporte e de comunicação alcançaram um padrão bastante distinto do existente naquele momento. Mas nem tudo é aceleração. Há resíduos que permanecem de outros tempos, sobretudo nos extremos rincões do país. É o que se percebe muito claramente quando se anda pelo interior da Amazônia ou do Nordeste. Sobretudo nesse último caso, é notória a permanência do rural na constituição de aglomerados urbanos. É facilmente identificável a presença de um tempo lento que subjaz a essas realidades concretas, diferente do que se estabelece no Centro-Sul, cujos aglomerados urbanos passam, cada vez mais rapidamente, por um processo de aceleração temporal, marcado pela modernização.

Dessa forma, é compreensível que a explicação do processo social, que se estabelece com a expansão da sociedade nacional, passe a se utilizar cada vez mais da noção de fronteira, ao invés de frente de expansão e frente pioneira, noções adequadas, sobretudo, ao desvendamento da realidade que se estabeleceu até, aproximadamente, o final da década de 70.

As transformações ocorridas na obra de José de Souza Martins, acima apontadas, estão relacionadas, então, com as mudanças da realidade social que o autor eficazmente analisa. Dessa forma, torna-se imprescindível a leitura de *Fronteira* a todos aqueles que almejam compreender o Brasil a partir de um aprendizado de método e de teoria, o que se alcança sobretudo na "Introdução" em que o autor justifica a pesquisa realizada.

